



MAI

MAI AMBIENTE

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO: CONSULTA PRÉVIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 20º N.º
ALÍNEA C) DO CCP

PREÇO BASE:

OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM E GESTÃO DE
APÓLICES DE SEGUROS

Índice

Cláusula 1ª Objeto do contrato	3
Cláusula 2ª Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)	3
Cláusula 3ª Entidade adjudicante	3
Cláusula 4ª O Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Cláusula 5ª Procedimento para a formação de contrato	3
Cláusula 6ª Critério de Adjudicação	4
Cláusula 7ª Elementos da proposta	6
Cláusula 8ª Documentos da proposta	6
Cláusula 9ª Prazo para apresentação da proposta	7
Cláusula 10ª Modo de apresentação da proposta	7
Cláusula 11ª Propostas variantes	7
Cláusula 12ª Prazo para manutenção das propostas	8
Cláusula 13ª Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	8
Cláusula 14ª Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação	9
Cláusula 15ª Prestação de caução	9
Cláusula 16ª Contrato escrito	9

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO [A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º OU A SUBALÍNEA I) DA ALÍNEA B) E ALÍNEA C) DO N.º 3 DO ARTIGO 256.º -A, CONFORME APLICÁVEL]

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO [A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º]

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO ENTIDADES ESPECIALMENTE RELACIONADAS ENTRE SI (N.º 6 DO ARTIGO 113º E N.º 2 DO ARTIGO 114º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos, nos termos do caderno de encargos/especificações técnicas em anexo, foi pelo órgão competente formulada decisão de contratar, mediante deliberação oportunamente proferida nesse sentido.

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente procedimento tem por objeto a “prestação de serviços de corretagem e gestão de apólices de seguros” nos termos e condições constantes do caderno de encargos.

Cláusula 2ª

Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento enquadra-se no CPV: 66518100-5 – Serviços de corretagem em matéria de seguros.

Cláusula 3ª

Entidade adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Maiambiente EM, com sede na Rua 05 de Outubro, n.º 359, 4475-302, Milheiros, Maia, com o telefone n.º 229 478 130, com o fax n.º 229 478 139 e com o endereço eletrónico daf@maiambiente.pt.

Cláusula 4ª

O Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração em reunião de **27/11/2024**.

Cláusula 5ª

Procedimento para a formação de contrato

O procedimento escolhido é a Consulta Prévia, com o fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a satisfação da necessidade pública em causa.

Cláusula 6ª

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **multifator**, prevista na alínea a) do artigo 74.º do CCP, e de acordo com os fatores, subfactores e restantes regras constantes de avaliação e respetiva ponderação.
2. As propostas serão classificadas de acordo com a pontuação obtida nos seguintes fatores:

Fator	Ponderação
Experiência da Equipa de trabalho (ET)	25%
Prazo de Resposta a Cotações (RC)	25%
Prazo para elaboração/revisão das peças técnicas do procedimento a lançar no âmbito da gestão da carteira de seguros (EP)	25%
Experiência de Analista de Riscos	25%

3. A Proposta Economicamente Mais Vantajosa (PEMV) será aquela que obtiver a maior pontuação, calculada através da média ponderada das classificações obtidas em cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PEMV} = (\text{ET} \times 0,25) + (\text{RC} \times 0,25) + (\text{EP} \times 0,25) + (\text{AR} \times 0,25)$$

Onde:

PEMV - pontuação final atribuída a cada concorrente;

ET - pontuação atribuída à experiência, comprovada, da Equipa de Trabalho proposta;

RC - pontuação atribuída ao fator Prazo de Resposta a cotações;

EP - pontuação atribuída ao fator Prazo para Elaboração/revisão das Peças técnicas do procedimento;

AR - pontuação atribuída à experiência, comprovada, de Analista de Risco.

4. A pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) e 100 (cem) pontos.
5. Os fatores indicados supra serão avaliados nos seguintes termos:

a.	ET – Avaliação da qualificação da equipa de trabalho da proposta, com base no número de anos de experiência	O Concorrente apresenta a equipa com 2 ou mais elementos, em que a média tem experiência comprovada de gestão de seguros, de 10 ou mais anos.	O Concorrente apresenta a equipa com 2 ou mais elementos, em que a média tem experiência comprovada gestão de seguros, de 5 a 10 anos.	O Concorrente apresenta a equipa com 2 ou mais elementos, em que a média tem experiência comprovada gestão de seguros, de 1 a 5 anos.	O Concorrente apresenta a equipa com 2 ou mais elementos, em que a média tem experiência comprovada gestão de seguros, é inferior a 1 ano.
PONTUAÇÃO		100	50	25	0
b.	RC – Prazo de resposta às cotações solicitadas de seguros pontuais	O Concorrente entrega as cotações no prazo inferior a 24 horas.	O Concorrente entrega as cotações no prazo de 25 a 48 horas.	O Concorrente entrega as cotações no prazo de 49 a 72 horas.	O Concorrente entrega as cotações no prazo superior a 73 horas.
PONTUAÇÃO		100	50	25	0
c.	EP – Prazo para elaboração/revisão das peças técnicas do procedimento	$P = \left(\frac{20 - Pp}{20} \right) * 100$ <p>em que: P (%) – Percentagem calculada; PMax – Prazo máximo de elaboração/revisão das peças técnicas do procedimento a lançar no âmbito da gestão da carteira de seguros, sendo o mesmo de 20 dias úteis; Pp – Prazo da proposta objeto de avaliação (expresso em dias).</p>			
d.	AR – Avaliação da qualificação de Analista de Risco, com base no número de anos de experiência	O Concorrente apresenta 1 analista de risco, com experiência comprovada superior a 10 anos.	O Concorrente apresenta 1 analista de risco, com experiência comprovada de 5 a 10 anos.	O Concorrente apresenta 1 analista de risco, com experiência comprovada de 1 a 5 anos.	O Concorrente apresenta 1 analista de risco, com experiência comprovada inferior a 1 ano.
PONTUAÇÃO		100	50	25	0

6. Para efeitos do n.º 4 do Artigo 74.º do CCP, em caso de empate entre duas ou mais propostas, são utilizados como critério de desempate, os fatores que constam do n.º 1, designadamente:

- 1º. A proposta com maior pontuação no Fator Experiência da Equipa de trabalho (ET);
 - 2º. A proposta com maior pontuação no fator Prazo de Resposta a Cotações (RC)
 - 3º. A proposta com maior pontuação no fator Prazo para elaboração/revisão das peças técnicas do procedimento a lançar no âmbito da gestão da carteira de seguros (EP)
 - 4º. A proposta com maior pontuação no Fator Experiência de Analista de Riscos (AT)
7. Em caso de manutenção do empate, a proposta vencedora é apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias.

Cláusula 7ª

Elementos da proposta

A proposta deve indicar os seguintes elementos:

- a) Objeto da prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas;
- b) Preço total e condições de pagamento;
- c) Prazo de entrega/execução;
- d) Outros elementos (validade da proposta, despesas incluídas, descontos, etc.).

Cláusula 8ª

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
 - b) Cópia do certificado de registo emitido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (atualizado) que ateste que o subscritor se encontra legalmente autorizado a prestar serviços de corretagem de seguros, nos termos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro;
 - c) Documento que comprove que o mediador está coberto por um seguro de responsabilidade civil profissional;
 - d) Documento que indique o prazo máximo de elaboração/revisão das peças técnicas do procedimento a lançar no âmbito da gestão da carteira de seguros;
 - e) Documento que identifique as 2 pessoas diretamente envolvidas na execução do contrato, com os respetivos currículos a alocar à prestação de serviços, indicando os



MAI

MAI AMBIENTE

elementos e respetivo n.º de anos de experiência, comprovada, em serviços da mesma natureza;

- f) Cópia do certificado(s) do(s) analista(s) de risco(s) que integra(m) a equipa de trabalho proposta e respetivo currículo;
 - g) Declaração, sob compromisso de honra, na qual declara não estar abrangido em qualquer conflito de interesses, nomeadamente para efeitos do n.º 6 do artigo 113.º do CCP, emitida em conformidade com o Anexo IV ao presente Convite;
 - h) Certidão do Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da Proposta.
2. Na proposta, a entidade convidada deve indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
 3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
 4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 5. A entidade convidada poderá apresentar outros elementos que considere de interesse e não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento.

Cláusula 9ª

Prazo para apresentação da proposta

5 (cinco) dias até às 18:00 horas (prazo contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados).

Cláusula 10ª

Modo de apresentação da proposta

A proposta deve ser apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt> e assinada eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Cláusula 11ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 12ª

Prazo para manutenção das propostas

66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Cláusula 13ª

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

5 dias após a notificação de adjudicação.

Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de **5 dias**, são os seguintes:

- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:



MAIA

MAIA AMBIENTE

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

- f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo.

Cláusula 14ª

Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação

5 dias após a correspondente notificação.

Cláusula 15ª

Prestação de caução

Não exigível nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP, por se tratar de valor inferior a 500.000,00€.

Cláusula 16ª

Contrato escrito

Redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Dra. Marta Moreira de Sá Peneda)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... **(designação ou referência ao procedimento em causa)** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que **a sua representada** ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³:
- a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º



MAIA

MAIA AMBIENTE

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura].¹

¹ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à
- 4- entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura ⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 2 do art.º 114.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, ...(local),... (data),... [assinatura(4)]. (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

... (data)

... (assinatura)